

Governo não tem data do expurgo

Brasília — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao contrário do que havia afirmado na quinta-feira da semana passada (dia 16), garantiu ontem que "ainda não há decisão sobre quando nem como o expurgo será feito, porque está na dependência dos estudos que vêm sendo feitos pelo IBGE e pela Fundação Getúlio Vargas".

Os estudos, quando concluídos, serão levados ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, para avaliação de seu impacto político. O assunto será discutido com a liderança do Partido do Governo no Congresso e, só então, os resultados serão levados ao Presidente da República.

Com o FMI

Sobre a reunião entre o alto escalão econômico do país e a missão do Fundo Monetário International (FMI), realizada ontem no Palácio do Planalto e que consumiu, pelo menos, cinco horas de debates, Galvães disse pouco. Segundo ele, nada ficou decidido e os dois lados limitaram-se a discutir a metodologia de mensuração do déficit público e do

crédito líquido interno, sem chegar ainda a qualquer conclusão.

O Ministro disse não acreditar que alguma definição seja atingida até o final desta semana e admitiu que, em decorrência das novas negociações com o Fundo, seja necessária a formulação de um novo Memorando Técnico de Entendimento (este seria o terceiro, desde que o Brasil recorreu, em dezembro passado, ao FMI).

Ele espera também para a próxima semana, a chegada dos principais representantes de bancos estrangeiros credores do país, para avaliar as contas da economia brasileira.

Embora ressaltando que ainda não se tomou decisões sobre o expurgo, Galvães disse acreditar que a decisão terá que sair ainda neste mês. Mas o Ministro mostrou-se esquivo quando questionado sobre os efeitos do expurgo exatamente no mês da "virada do trimestre" — época válida para a contabilização dos juros e correção monetária das caderetas de poupança: "Não diria nada com relação ao tempo e ao prazo porque não está decidido ainda", limitou-se a comentar Galvães.